



PROCESSO – PREGÃO Nº 12/2024

Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUA BRUTA/TRATADA E ESGOTOS

Natureza – Recurso Administrativo

PARECER JURÍDICO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa Controle Analítico Análises Técnicas Ltda, em face da habilitação da empresa Suprema Tecnologia Analítica Ltda, vencedora no processo licitatório, aduzindo, em síntese (i) haver indício de inexecuibilidade da proposta, (ii) vedação à participação no certame de empresa apenada.

Em suas contrarrazões a empresa Suprema Tecnologia Analítica Ltda rebate os argumentos dizendo que sua proposta é exequível e junta planilha especificando cada item e seus respectivos custos, cuja somatória está dentro do valor do lance por ela ofertado.

Com relação à penalidade sofrida argumenta que com relação à aplicada pelo TCU restringe-se à Administração Pública Federal, e com relação à Municipal o impedimento/proibição de contratar é somente com o órgão sancionador.

Por fim, argumenta que ela atende integralmente todas as exigências editalícias e ofertou o menor preço e, em caso de se decidir pela sua inabilitação haverá flagrante prejuízo ao erário, pela não escolha da proposta mais vantajosa.

Sem outras contrarrazões.



É a síntese do necessário. Passamos a analisar e opinar.

Com relação à alegação de indícios de inexecuibilidade é sabido que um preço é considerado inexecuível quando não pode ser concretizado, devido à falta de evidências de sua viabilidade.

Tem prevalecido nos julgados do TCU que essa é uma presunção relativa. Sendo assim, a Administração tem o poder-dever de conceder ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Nesse mote, a Sra Pregoeira solicitou da empresa que ofertou o último lance válido, no caso a Recorrida, que confirmasse se o valor ofertado de R\$ 175.000,00 era exequível, ao que foi respondido Sim. Exequibilidade demonstrada através da Planilha de custos encartada com as Contrarrazões ao Recurso.

Desta forma, não há que se falar em desclassificação da Proposta por inexecuibilidade de preços, considerando em especial a finalidade do processo licitatório e os princípios do interesse público e da economicidade que regem uma contratação pública.

Relativamente às apenações, resta claro que quando se trata de **suspensão** temporária e impedimento de contratar esta se limita ao órgão sancionador (ex. a Recorrida foi ou está suspensa/impedida de contratar com a Prefeitura de Pedreira, Prefeitura de Jardinópolis, Prefeitura de Uberlândia) e quando é caso de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar essa se aplica ao órgão ou Poder sancionador (ex. a declaração de inidoneidade da recorrida para participar nas licitações da Administração Pública Federal, nos termos do acórdão do TCU 2707/2023 e que perdurou por 6 meses, de 16/02/2024 a 16/08/2024).

Portanto, a declaração da empresa Recorrida de que atendia as exigências do edital do pregão nº 12/2024 na autarquia SAAE de Itapira não pode ser considerada falsa.

Ademais, esta Assessoria Jurídica, na data de ontem, em diligência ao site do Tribunal de Contas da União constatou que a



empresa Recorrida "NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal...", conforme documento anexo.

Por todo o exposto, e considerando que a Autarquia SAAE pauta sua conduta na observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, probidade administrativa, dentre outros como os atinentes ao Direito Administrativo, nos quais os do procedimento licitatório cujas normas disciplinadoras são sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, como é o caso *sub examine*, **opina** esta Assessoria Técnica Jurídica pelo **improvemento do Recurso e mantida a empresa recorrida habilitada no certame.**

É o nosso Parecer, smj da autoridade superior.

Itapira, 20 de agosto de 2024.

Sílvia C. Ranzatti

Procuradora

OAB-SP. 116.729



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SUPREMA TECNOLOGIA ANALITICA LTDA**

CPF/CNPJ: **04.233.577/0001-02**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:09:52 do dia 19/08/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **TRHX190824090952**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.